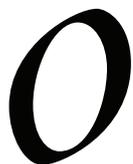


Telma de Barros Correia
Caliane Christie
Oliveira de Almeida



IDORT e A HABITAÇÃO ECONÔMICA: A DIFUSÃO DE EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS (1932-1960)

154

pós-

RESUMO

Trata do papel e da importância do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), fundado em São Paulo em 1931, na difusão entre técnicos e empresários brasileiros das noções de eficiência e racionalidade no campo da moradia. Destaca o esforço do órgão na busca de inspiração e sincronia com debates e realizações internacionais, colocando sua revista como instrumento de divulgação destas experiências e de reflexão sobre elas. Investiga as diferentes abordagens pelas quais o tema da habitação surge na revista em um conjunto de matérias referentes a experiências internacionais: urbanismo, projeto arquitetônico, *layout* interno, padronização de materiais e componentes da construção, organização das tarefas domésticas, aperfeiçoamento de instalações prediais, ação do Estado e estratégias de financiamento da construção. Mostra como este conjunto de artigos constrói uma visão abrangente da questão da busca de racionalização e eficiência no âmbito da habitação, abordando ações e debates sob diferentes perspectivas em termos de escala de intervenção no espaço, de processos e de agentes envolvidos. Considerando a abrangência da abordagem da moradia pelo periódico do IDORT e a influência de seus leitores nos meios empresariais, técnicos e administrativos, avalia que o órgão e sua publicação oficial tiveram um papel relevante durante o período tratado nos rumos dos debates e das realizações no âmbito da moradia econômica no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Habitação econômica. Racionalização. IDORT. Reforma moradia. Eficiência. Periódicos.

EL IDORT Y LA VIVIENDA ECONÓMICA: LA
DIFUSIÓN DE LAS EXPERIENCIAS
INTERNACIONALES (1932-1960)

pós- | 155

RESUMEN

Aborda el papel y la importancia del Instituto para Organización Rational del Trabajo (IDORT), fundada en São Paulo en 1931, en la difusión entre técnicos y empresarios brasileños de las nociones de eficiencia y racionalidad en el ámbito de la vivienda. Destaca los esfuerzos del IDORT en busca de inspiración y actualización con debates y logros internacionales, poniendo su revista como una herramienta para la difusión de estas experiencias y reflexión sobre ellos. Investiga los diferentes enfoques en la que el tema aparece: planificación urbana, diseño arquitectónico, diseño de interiores, normalización de materiales y elementos de construcción, organización de las tareas de la casa, mejora de las instalaciones, la acción del Estado y la financiación de la construcción. Muestra cómo este conjunto de artículos construye una visión global de la cuestión de la búsqueda de la racionalización y la eficiencia en la vivienda, frente a las acciones y debates desde diferentes perspectivas en términos de la escala de intervención en el espacio, de los procesos y los agentes implicados. Teniendo en cuenta el alcance del enfoque de la revista del IDORT y la influencia de sus lectores en los negocios, los medios técnicos y administrativos, el artículo trata de demostrar que el IDORT y su publicación oficial desempeñaron un papel importante durante el período tratado en el curso de los debates y los logros en materia de la vivienda económica en Brasil.

PALABRAS CLAVE

Vivienda económica. Racionalización. IDORT. Reforma de la vivienda. Referencias internacionales. Revistas.

THE IDORT AND THE ECONOMIC
DWELLING: THE DIFFUSION OF
INTERNATIONAL EXPERIENCES (1932-1960)

ABSTRACT

It deals with the role and importance achieved by the Institute for Rational Organization of Labor (IDORT), founded in São Paulo in 1931, in the dissemination of notions of rationality and efficiency in housing between Brazilian groups of technicians and entrepreneurs. Highlights the IDORT's efforts in search inspiration and synchrony with international debates and achievements, assuming the role as instrument for the dissemination of these experiences and reflection about them. Investigates the different approaches by which the housing subject appears in the review on a group of articles relating to international experiences in urban planning, architectural design, interior layout, standardization of materials and building components, organization of housework, improving building's infrastructure, State action and strategies for financing the construction. It shows how this ensemble of articles compose a comprehensive view of the issue of the search for rationalization and efficiency in housing, addressing actions and discussions from different perspectives in terms of scale of intervention in space, processes and agents involved. Taking into account the scope of the approach of the dwelling by IDORT's periodic and the influence of its readers in business, technical and administrative groups, the article intends to show that the agency and its official publication had an important role during the period discussed in the course of the debates and achievements in economic housing in Brazil.

KEY WORDS

Economic housing. Rationalization. IDORT. Reform of the house. International references. Journals.

I. O IDORT E A MORADIA

Entre as décadas de 1930 e 1960 no Brasil, a moradia ocupou um espaço significativo no debate profissional e político em torno das condições de vida e alojamento da população e na ação de setores da iniciativa privada e do Estado. A casa foi pensada por diferentes agentes, em diversos enfoques e através de vários meios. Entre os agentes estão os administradores públicos, industriais, empresários do setor da construção civil, arquitetos, engenheiros, industriais, médicos e assistentes sociais. Os enfoques incluem a moradia pensada como problema sanitário, questão social, reflexo do meio, habitação econômica, habitação social, moradia de massa, alojamento padrão. Entre os meios estão jornais, revistas, palestras, seminários e rádios.

Este grande esforço de discussão da moradia aponta para uma variedade de objetivos e significados, no contexto de um país em franco processo de urbanização e industrialização e ampliação das esferas de atuação do Estado, intensificada no escopo do projeto nacional-desenvolvimentista da chamada “Era Vargas” (1930-1945). Buscava respostas às favelas e outras formas de moradias precárias que se disseminavam na paisagem urbana brasileira. Evidenciando a incapacidade do país de garantir condições de vida adequadas à maioria de sua população trabalhadora, a precariedade de alojamento da população induzia setores técnicos, empresariais e da administração pública a se debruçar sobre a questão, via diagnósticos, análises e propostas.

Tal esforço significou também um empenho de atualização da habitação a uma sociedade onde a máquina e o novo modo de produção, impunham uma nova produtividade, que buscava correspondência na dimensão da vida doméstica e dos territórios urbanos da moradia que se configuravam. Os anseios de adequação da moradia às demandas deste novo contexto se expressaram em termos da absorção de materiais e equipamentos produzidos pela indústria, de sua adequação à reprodução da classe trabalhadora e da adequação da casa à lógica da produção taylorizada, tanto na sua construção, quanto no seu uso.

Por outro lado, o desafio de prover moradias em escalas inéditas aproximava o Brasil – com sua crescente carência de habitações adequadas para os trabalhadores – e países europeus – com amplas áreas residenciais urbanas destruídas nas duas Guerras Mundiais. Diante do problema comum, cresceu o interesse em nosso país pelas ações implementadas na Europa e também na América do Norte, no campo da habitação popular, sobretudo, no que diz respeito às experiências de produção em grande escala com emprego de processos industriais. Entre os veículos que deram atenção à questão, situa-se a Revista de Organização Científica do IDORT, que entrou em circulação no ano de 1932 e dedicou várias matérias, ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950, a aspectos diversos da construção e da modernização de residências.

Na produção acadêmica brasileira, o debate sobre a habitação promovido pelo IDORT foi pouco estudado, surgindo em alguns trabalhos como um dos componentes de um contexto amplo de temas e agentes envolvidos nas ações e debates no campo da moradia ou do planejamento urbano no país. Entre essas

abordagens merece destaque, a feita por Nabil Bonduki em obra sobre história da habitação social no Brasil, publicada em 1998, onde o autor faz uma abordagem da Jornada da Habitação Econômica, promovida pelo IDORT em 1941. Três questões são destacadas na análise desse evento, a primeira das quais é haver se constituído como um momento no qual o tema da habitação recebeu um tratamento multidisciplinar. O fato é atribuído à ampliação do ensino superior e da burocracia estatal na Era Vargas e é constatado através da diversidade dos profissionais presentes na Jornada – advogados, engenheiros, assistentes sociais, urbanistas, sociólogos, economistas, demógrafos, empresários, geógrafos etc. – e de seus vínculos com empresas, órgãos públicos e instituições de ensino superior. (BONDUKI, 1998, p. 74-75). Outra questão avaliada pelo autor é o conteúdo das formulações em torno do tema pelos participantes do evento, criticando-se em muitos destes *“uma visão ainda muito simplista do assunto, repleta de preconceitos morais e intenções assistencialistas”* e, em outros, *“uma crença absoluta na capacidade da técnica resolver os problemas sociais”* (BONDUKI, 1998, p. 75). Assinala-se, também, a ausência no evento dos envolvidos na produção de habitações sociais à época, sejam os projetistas, sejam os técnicos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) ou dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). A abordagem do autor, embora muito breve, é importante por reconhecer a relevância da Jornada. Restringir a importância do evento ao seu caráter multidisciplinar, entretanto, é deixar de considerar a riqueza e a diversidade dos temas nele discutidos e sua importância enquanto posicionamento de importantes setores do capital diante da questão da moradia e do papel do Estado frente a ela.

Estas duas questões foram abordadas em trabalho centrado na análise da ação do IDORT no campo da moradia, de autoria de Telma de Barros Correia, intitulado *“O IDORT e a Taylorização da moradia no Brasil (1932-1950)”*, que foi publicado nos Anais VII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo em 2002 e, em versão ampliada, como capítulo de livro em 2004. Baseado em artigos publicados na revista do IDORT e nos trabalhos e teses apresentadas durante a Jornada da Habitação Econômica, o trabalho faz uma análise abrangente sobre a ação do órgão no sentido de difundir métodos de *“gerenciamento científico”* na organização da construção e do uso de moradias no Brasil. Mostra como o IDORT patrocinou um amplo debate sobre o tema, promovendo *“a aplicação de princípios de organização científica na produção, na concepção e no uso de moradias, difundindo ideias e práticas referentes à construção, ao projeto e ao arranjo interno da casa e à reorganização das tarefas domésticas, voltadas ao aumento da eficiência no âmbito de diferentes aspectos associados à habitação”* (CORREIA, 2002, p. 1). Assinala a variedade dos temas abordados, entre os quais a redução dos custos de construção, a dimensão e o programa ideal da casa popular, a opção por casas ou apartamentos, a casa própria e a educação do morador. Sublinha que *“estas iniciativas contribuíram para a difusão dos termos “moradia econômica” e “habitação econômica” para nomear a habitação das classes trabalhadoras no país”* e que se inscreveram *“em um momento especial da ação dos industriais no campo da moradia do trabalhador, quando a partir dos anos trinta – já ocupando uma posição hegemônica na sociedade brasileira – vão se empenhar em ampliar esta ação”, buscando “influir na ação de outros setores do capital e especialmente na do*

Estado em relação à questão da moradia operária” (CORREIA, 2002, p. 1). Avalia que “o IDORT desempenha papel importante ao promover debates e difundir ideias, que contribuíram para afinar o discurso e a prática de setores das elites diante da questão. Esta ação do Instituto pontua a passagem das iniciativas individuais de indústrias no campo da moradia do trabalhador, para um esforço conjunto da classe voltado para objetivos de alcance nacionais” (CORREIA, 2002, p. 1).

O presente artigo se insere nessa perspectiva de investigar questões relativas à moradia discutidas no âmbito das iniciativas do IDORT e o impacto desta ação do órgão nos debates e realizações neste setor. Sua pretensão é contribuir para ampliar o estudo do tema, focando sua atenção em aspectos mais específicos: concentra-se apenas na ação do IDORT através da Revista do órgão; investiga um material, na sua quase totalidade, não tratado no trabalho acima mencionado; e centra a análise na divulgação de experiências internacionais. Enfatiza o espaço conferido à habitação por uma revista não especializada no assunto e analisa o conteúdo das matérias nela publicadas acerca de experiências internacionais nessa área. Pretende destacar o papel e a importância do IDORT e do seu periódico na difusão no meio técnico e empresarial brasileiro de propostas e experiências referentes à moradia concebidas em outros países, sobretudo, na Europa e nos EUA. Toma como marco inicial o ano de fundação da revista, 1932, e como marco final o ano de 1960, quando o tema já se fazia pouco presente na revista, que a partir de uma reestruturação empreendida pelo diretor Nelson Marcondes do Amaral teve seu conteúdo redirecionado, sobretudo, para questões de ordem macro econômicas.

No Brasil, a ênfase da produção acadêmica sobre os debates e ações no campo da moradia no período entre 1932 e 1960 tem se voltado, sobretudo, para a ação dos Institutos – IAPs e CAPs, sobretudo – e, de forma menos intensa, para a contribuição de profissionais de arquitetura e urbanismo e para a análise do pensamento disseminado através de revistas e encontros. Ao definir como objeto de análise o conteúdo do periódico do IDORT, este trabalho busca, portanto, contribuir para o conhecimento de um aspecto ainda pouco estudado e valorizado do debate e das ações em torno da questão da moradia no Brasil – a ação do IDORT – e de um viés ainda pouco explorado – a contribuição de revistas.

2. A REVISTA DO IDORT E AS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS NO CAMPO DA MORADIA

No contexto de difusão do taylorismo¹, Primeira Guerra Mundial e da posterior crise econômica, aspectos relacionados à produção, ao trabalho e à política internacional se tornaram foco de estudos e análises que, dentre outros aspectos, impulsionaram a criação de órgãos como o Instituto Internacional de Organização Científica do Trabalho (Cios) e a Repartição Internacional do Trabalho. O intuito dessas instituições era centralizar o movimento de ideias e realizações de interesse mundial e estavam à frente de transformações no processo de trabalho e da força de trabalho em função de necessidades de expansão do capital. Com aquele mesmo propósito foram criadas instituições semelhantes em

¹ Método criado pelo engenheiro mecânico Frederick Winslow Taylor no século XIX que consistia na divisão das atividades e a reordenação delas de modo mais eficaz. O objetivo primordial era reduzir ao máximo o tempo despendido em cada operação e em cada atividade de modo a garantir uma maior produtividade. Esse método foi implantado no Brasil, sobretudo, a partir da década de 1930 e foi vinculado às justificativas técnicas e científicas para a efetivação dos programas sociais no país, aplicados em distintos setores da produção e em outros campos, como moradias e cidades (CORREIA, 2004).

diversos países, como o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) no Brasil.

O IDORT foi fundado em São Paulo, em outubro 1931. Trata-se de uma sociedade civil, sem fins lucrativos, cujo objetivo era centralizar e coordenar o intercâmbio de ideias, experiências e pesquisas entre os estudiosos e interessados nos problemas do trabalho, especialmente no que tange à questão do aumento da produtividade, resultante da aplicação de métodos científicos de organização na produção. Entre as estratégias do IDORT para divulgar os temas de seu interesse, suas propostas e as iniciativas que empreendeu para divulgá-las, situa-se uma revista mensal, em circulação de 1932 aos dias de hoje.

Embora voltado, sobretudo, ao trabalho industrial, o IDORT também se envolveu com a moradia do trabalhador, organizando em 1941 a Jornada da Habitação Econômica e publicando em sua revista uma série de matérias dedicadas à construção da casa e à organização do lar. Tais matérias foram escritas por autores brasileiros – alguns associados ao IDORT – e por autores estrangeiros – traduzidas de periódicos internacionais. Nelas, a questão da “casa racional” foi pensada em seus múltiplos aspectos: planejamento, construção, instalações, mobiliário, utensílios e atividades domésticas. Nestes vários aspectos, a abordagem era sempre conduzida por princípios de economia de recursos e de tempo. Tratava-se de estender princípios e práticas baseadas na organização científica do trabalho ao âmbito doméstico, tanto em termos da construção e organização espacial, quanto das atividades realizadas na casa.

O intercâmbio entre o IDORT e organizações similares na Europa e nos Estados Unidos favoreceu a publicação no seu periódico de estudos e artigos estrangeiros sobre assuntos de interesse do Instituto. As traduções de artigos de publicações americanas e europeias foram constantes nas páginas da revista do IDORT, embora nela predominassem contribuições e informes de âmbito nacional.

De 1932 – quando o primeiro volume da publicação do IDORT foi lançado – até 1960 – quando se encerra o recorte temporal deste artigo – foram localizadas cerca de 60 (sessenta) matérias relacionadas às experiências internacionais no campo da moradia. Tais artigos envolvem estudos, projetos e realizações, produzidas por agentes públicos e privados e enfocando um conjunto diversificado de questões, tais como técnicas construtivas, organização de espaços internos, planejamento urbano etc. Descrições de experiências levadas a cabo em países como Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, França e Argentina surgem nas páginas do periódico, em matérias cuja tônica é a ênfase nos princípios de racionalidade e eficiência.

Em algumas matérias publicadas na Revista de Organização Científica acerca de experiências internacionais, o tema da moradia é abordado no âmbito do urbanismo, surgindo articulado à questão da circulação. Tais matérias ocuparam espaço significativo nas páginas da revista através de artigos como o – traduzido da *Organisation et Statistiques du Bâtiment* – publicado em 1939, escrito pelo urbanista Gaston Bardet (1907-1970). Este arquiteto, urbanista e teórico do urbanismo francês, foi autor de uma série de obras importantes, entre as quais os livros *Planejamento* e *Novo Urbanismo* – publicados na década de 1940 –, que lhes conferiram um papel relevante na difusão de métodos e procedimentos no campo do urbanismo. Em sua contribuição ao periódico do IDORT – com base em exemplos de cidades como Paris, Londres, Berlim,

Filadélfia, Marselha, Gênova, Chicago e Veneza –, Bardet sugere um conjunto de procedimentos voltados ao reordenamento da circulação e do traçado viário, como separar as vias de tráfego de acordo com a intensidade e o tipo de transporte; dispor nos arredores das cidades as construções, especialmente as moradias, ao longo de vias de garagem, de fluxo secundário, em forma de “pente ou crescente”; implantar vias nos bairros residenciais levando em consideração a ventilação e a exposição ao sol, definindo claramente os fluxos de pedestres e automóveis; e utilizar nos novos bairros residenciais um traçado mais orgânico. Propõe ainda, que seja evitado o estrangulamento de estradas por habitações, as transformando em ruas (BARDET, 1939). Tais recomendações conciliam diretrizes de projeto difundidas no âmbito do urbanismo das cidades-jardim e dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (Ciams), que reorientam a relação entre tráfego, moradia e cidade.

Em consonância com o interesse que o tema da padronização de componentes da construção estava recebendo no Brasil, sobretudo, em eventos como o Congresso de Habitação de 1931², foi publicado em 1933 um artigo de autoria de Maire Elisabeth Luedders, vinculada à Comissão Alemã de Padronização. Nessa matéria, a autora destaca a importância da padronização para a redução do custo de produção e, conseqüentemente, do preço pago pela moradia. No âmbito da construção civil, aponta-se a imensa variedade existente de modelos de componentes da construção e equipamentos domésticos. Critica o fato de portas, guarnições, fechaduras, azulejos, ladrilhos, utensílios de alumínio para cozinha etc. se apresentarem em uma infinidade de dimensões e modelos, gerando “... *uma anarquia completa que se revela diariamente às donas de casa*” (LUERDDERS, 1933, p.20). Sugere, nesse contexto, a utilização de um sistema de identificação e especificação formado por letras e números, garantindo norma e tipo (prescrição e modelo), que seria aplicável a “*todas mil e uma coisas do uso diário*” (LUERDDERS 1933, p.21). Argumenta que esse procedimento favoreceria não somente os fabricantes, mas também os comerciantes e os consumidores. Alega-se que tal atitude já vinha sendo implementada em olarias, em países como Grécia, Itália, Egito e também na Alemanha, onde o tijolo já era padronizado. A autora dá ênfase, ainda, à economia garantida pela padronização na edificação de unidades habitacionais: “*Não valerá a pena valermos-nos de todas as economias possíveis nas construções de casas, uma vez que foi demonstrado que, por exemplo, padronizando-se somente as partes de madeira usadas nas portas e janelas resulta uma redução de custo de 35%...?*” (LUERDDERS, 1933, p.22). Mostra que na Alemanha medidas no sentido da padronização desses elementos foram iniciadas em 1914, interrompidas pela ocorrência da Primeira Guerra Mundial e retomados em 1917 pela Comissão Alemã de Padronização. Aponta que em 1931 os esforços nesse sentido superaram as esferas de fabricantes e comerciantes e chegaram às donas de casa, mas avalia que no campo da moradia, em especial, era difícil se cumprir tais objetivos, em um quadro de crise econômica e sem uma intervenção estatal.

A busca de maior eficiência nas instalações prediais domésticas também foi alvo de atenção. Em 1938, o artigo elaborado por Charles F. Kattering, vice-presidente e diretor de pesquisas da *General Motors* nos EUA, apontava, dentre outros aspectos, para os problemas usuais em sistemas de aquecimento de residências causados, sobretudo, pela falta de instalações de força convenientes e

² E por profissionais como o engenheiro-arquiteto Bruno Simões Magro, cujos preceitos de padronização foram apresentados em estudo intitulado “Habitações econômicas”, de 1931.

por defeitos no isolamento das casas. Previa que - nos dez ou quinze anos seguintes - dois terços das casas norte-americanas seriam reformadas: “... *por volta de 1950, a gente estará menos disposto a viver em uma casa de 1937 do que hoje a usar um carro de 1925...*” (KETTERING, 1938, p.89) e que em vista disto seria oportuno repensar os mecanismos e equipamentos de um lar.

No âmbito das questões discutidas na Jornada Contra o Desperdício, organizada pelo IDORT em 1938, foi publicada a matéria “Aproveitamento de energia solar em instalações de uso doméstico”, que cita a larga utilização desta fonte de energia em residências nos Estados Unidos. O artigo, transcrito do boletim da Organização Científica do Trabalho Norte-Americano daquele ano, aponta que, em Miami, cerca de doze mil habitações já faziam uso de água quente aquecida por energia solar. Informa o custo do sistema – 175 dólares – e detalhes técnicos de sua instalação e funcionamento – instalação de um reservatório de vidro no teto da residência, o qual era dotado de serpentina de cobre capaz de aquecer a água até altas temperaturas e de conservá-la para o consumo de uma família média por até três dias. O artigo fez menção ainda à utilização de placas de espelhos parabólicos, criadas pelo engenheiro norte-americano Abbot, que capta a energia solar praticamente sem custo algum (APROVEITAMENTO..., 1938).

Em decorrência da Campanha da Iluminação Racional promovida pelo IDORT em 1949, nesse ano sua Revista trouxe muitas referências às experiências vinculadas à iluminação adequada dos ambientes.

Os modelos de moradias compactas e racionais, questão central nas discussões acerca da eficiência na habitação, também foram o objeto de matéria publicada na revista. Neste caso, experiências internacionais foram tratadas por autor brasileiro, o engenheiro Francisco Batista de Oliveira, em artigo intitulado “Residência mínima: o problema da arquitetura contemporânea”, que havia sido apresentado na Segunda Convenção Nacional de Engenheiros, realizada em São Paulo em 1940. Nele a discussão sobre a moradia mínima é feita com referências às diretrizes construtivas instituídas por profissionais estrangeiros, como as do médico norte-americano Augustin Rey acerca da higiene da habitação e as do arquiteto alemão Walter Gropius sobre moradia coletiva vertical. Seguindo a noção consagrada no Ciam que discutiu o tema, o autor considera que a residência mínima não se conforma apenas pela redução da área e do número de cômodos, mas também e principalmente pela racionalização de todos os processos vitais que compõem o habitat. Tal moradia incorpora uma concepção técnica e econômica da casa necessária, segundo o autor, por três principais motivos - empobrecimento da maioria da população, superpopulação nas cidades e conseqüente encarecimento dos terrenos e desmembramento da família - que estavam contribuindo para a formação de unidades habitacionais cada vez menores. O autor aponta para a importância do tema da habitação para operários, argumentando que no Brasil não basta substituir cortiços por casas pequenas, mas transformar a residência em instrumento útil a serviço do habitante, diferente do obstáculo à sua vida que julgava serem as moradias precárias existentes. Para tanto recomenda que fossem seguidos os ensinamentos de profissionais de renome e autoridades no assunto, como Rey e Gropius, que resumiu em sete pontos: calcular a superfície habitável de tal modo que correspondesse às possibilidades econômicas dos seus moradores, que oscila de país para país, e ao

número de ocupantes; reduzir o número de cômodos e proceder ao seu agrupamento de acordo com suas funções; suprimir os elementos supérfluos; usar artefatos modernos, sobretudo, na cozinha; aumentar a superfície de janelas para garantir a constante renovação do ar e uma iluminação adequada; estudar adequadamente a insolação e os ventos na implantação da casa e dos seus cômodos principais; e adaptar a legislação construtiva para o controle do gabarito e da densidade das moradias coletivas (OLIVEIRA, 1943).

O tema da racionalização da construção de moradias, também envolveu seu financiamento, na busca de meios racionais e abrangentes de lidar com a carência de moradias. Em janeiro de 1933, uma nota sobre a criação de uma Caixa Federal de Empréstimos na Suíça, em julho de 1932, ocupou um pequeno espaço nas páginas da revista do IDORT. Essa publicação destacou a função primordial da Caixa Suíça, que era subsidiar, com o crédito particular, os capitais imobilizados para as indústrias diversas e para a construção civil (CAIXA..., 1933, p.24). No mês seguinte, um artigo escrito por Brenno Ferraz tratou da importância da criação de instituições desse tipo no Brasil, num exemplo de diálogo entre colaborações locais e matérias/informes de outros países (FERRAZ, 1933).

A racionalização das tarefas domésticas – através da reforma da cozinha e das rotinas nela realizadas e da organização de equipamentos coletivos como lavanderias – também foi tema de um conjunto de matérias publicadas na revista.

A organização coletiva dos serviços domésticos foi um assunto amplamente debatido nos Ciams e esteve associada a um novo modelo de habitat, onde a higiene e a economia de tempo na realização das tarefas eram pontos centrais. Uma referência à questão foi localizada na revista em 1932, tratando de medidas de higiene aplicadas a uma lavanderia moderna. O artigo, assinado por W.B, destaca a crescente substituição de casas por apartamentos em diversos países e o aumento da importância da lavanderia “na vida moderna, tão completa e organizada” (W.B., 1932, p.23). A matéria atenta para o aumento destes serviços, comparando sua importância à das padarias. Faz menção ao boletim emitido em fevereiro de 1932 pelo *International Management Institut*, ao crescente mercado de lavanderias de Londres e aponta como modelo a lavanderia instalada no *Savoy Hotel* naquela cidade, cujo espaço mecanizado era ladeado por grandes jardins abertos.

A discussão sobre a racionalização do trabalho doméstico remete à organização da cozinha e das rotinas de preparo de alimentos. Neste empenho de racionalização da casa, a cozinha foi alvo de amplos esforços no sentido de introdução de ideias tayloristas na sua organização espacial e funcional e nas atividades de trabalho que nela têm lugar, dando continuidade a esforços empreendidos por economistas domésticas, engenheiras do lar e arquitetos. A revista do IDORT empenhou-se na tarefa de difundir os contornos desta nova cozinha, publicando matérias sobre o tema.

Nesse sentido, foi reproduzido em 1936 o artigo publicado pelo *Bulletin du Comité National Belge de l'Organisation Scientifique*, intitulado “A racionalização da cozinha na Suécia”, de autoria de Sophie Vanderborgh, baseado em estudos de comissão constituída naquele país por industriais e engenheiros. A autora inicia seu artigo criticando o fato dos trabalhos caseiros serem determinados pela rotina, não conduzidos por “espírito moderno de investigação e racionalização”, nem desenvolvidos por “pessoal não especializado”. Assinalando o fato de que a

mulher estaria avançando no sentido de sua emancipação – pelo acesso à educação, ao trabalho remunerado e por sua cooperação na política – reivindica uma reforma radical da economia doméstica, de modo a mobilizar a ciência e a técnica moderna na simplificação dos afazeres domésticos. A autora estabelece um vínculo direto entre a reforma da moradia que postula e o taylorismo:

A racionalização doméstica inspira-se nos processos elaborados pela indústria e os adapta às suas necessidades. Encontramos idênticos métodos, quer para a determinação do plano de trabalho, ou para a justa distribuição do tempo, quer para a análise das atitudes, assim como do estudo das alturas e das distâncias ótimas. Tudo isso com a preocupação de economizar tempo e esforços, cuidando de manter ou de melhorar a qualidade dos resultados” (VANDERBORGHT, 1936, p.79).

Como testemunho da possibilidade de reforma do trabalho doméstico no sentido que propõe, a autora menciona a evolução deste tipo de trabalho nos Estados Unidos e no norte da Europa, onde estava sendo ensinado em escolas, inclusive em cursos superiores, como o curso de economia doméstica, da Faculdade de Economia de *Aarhus*, na Dinamarca.

Em seguida, a autora passa a expor aspectos metodológicos da pesquisa realizada e publicada no livro intitulado “A Cozinha”, e alguns de seus resultados. Um quadro com a relação das atividades domésticas e do tempo gasto em cada uma delas é mostrado como base para se proceder a uma distribuição racional das tarefas. A racionalização pretendida deveria incluir as tarefas, as posturas e os movimentos, o uso do tempo e a disposição espacial da cozinha. Um cálculo dos esforços necessários para se mudar de posição serve de justificativa para uma disposição dos equipamentos de cozinha capaz de evitar o desperdício de energia. Assim, as alturas das prateleiras, da pia, do fogão e das superfícies de trabalho deveriam ser determinadas pela estatura da usuária, de modo que esta pudesse realizar suas tarefas de forma confortável e sem mudar muito de posição. Sugere-se trabalhar sentado sempre que possível, utilizando-se para tal uma cadeira de altura ajustável. Recomendações específicas – como a maneira ideal de proceder à lavagem da louça – são acrescentadas. Sobre a disposição geral dos móveis, a autora discute dois estudos dos percursos feitos pela usuária, comparando uma cozinha tradicional com uma “racional”. Com isso, procura mostrar a economia de deslocamento decorrente da concentração de fogão, pia e superfície de trabalho. Aborda, ainda, a questão da reconstituição das energias, recomendando paradas curtas – de cinco a dez minutos – a cada hora de trabalho. Concluindo o texto, enumera as vantagens que supõe que poderiam ser auferidas pela família decorrentes da boa organização do lar: a dona de casa preservaria seu bom humor contribuindo para a harmonia do lar; sua energia física não seria totalmente absorvida pelas tarefas domésticas, podendo instruir-se e seguir o marido e os filhos nos seus trabalhos e distrações; e teria maiores possibilidades de descansar. Tal mulher - conforme a autora - estaria apta a se converter “*na alma e na animadora do lar*” (VANDERBORGHT, 1936, p.81).

O tema da “cozinha racional” também foi objeto de matéria – traduzida da *Organisation et Statistiques du Bâtiment* – publicada na Revista em 1938, de autoria de Jean Bertrand. Neste texto, a defesa da reforma da cozinha, parte da constatação da redução do número de empregados domésticos na França após a

Primeira Guerra Mundial, fato que teria levado a maioria das donas de casa a realizar os serviços do lar. O autor faz recomendações acerca da forma que julga adequada para a cozinha. Propõe que *“a cozinha deve ser clara e de aspecto alegre, devendo ser iluminada durante o dia por grandes janellas e á noite por focos de luz bem distribuídos”* (BERTRAND, 1938, p. 269). As janelas devem ficar acima da pia e permitirem a visibilidade externa. Recomenda que a cozinha *“deve ser construída de maneira a ser facilmente limpa”* (BERTRAND, 1938, p. 269). Para tal propõe o uso de móveis lisos e colocados sobre bases cuja altura permita a limpeza do chão, ter piso de ladrilhos de cor clara, paredes revestidas com azulejo até a altura de 1,80 m e acima disso pintada com tinta lavável. Sugere que o encanamento seja embutido, que todos os ângulos sejam arredondados e que sejam evitados cabides e ganchos nas paredes. Postula que *“o tamanho e a distribuição dos moveis deve ser tal que a fadiga e a perda de tempo sejam reduzidas ao mínimo”* (BERTRAND, 1938, p. 269). Assim, sugere que a cozinha deve ser compacta e dispor de uma disposição prática de móveis e utensílios: *“extender o braço e apanhar tudo de que se necessite sem excessiva deslocação, eis o ideal!”* (BERTRAND, 1938, p. 270). Por fim, recomenda que *“para tornar o trabalho fácil, agradável e rápido, deve a cozinha manter-se sempre numa temperatura conveniente e arejada”* (BERTRAND, 1938, 269).

A discussão da racionalização do trabalho doméstico também foi tratada em um nível mais abrangente e genérico em matéria de 1952, sobre o uso da psicologia na fábrica e no lar, de autoria de Betti Katzenstein. Este artigo faz referências ao estudo empreendido por Franziska Baumgarten-Tramer destinado às donas de casa e empregadas domésticas, que apontava a necessidade de se aplicar ao lar, como em qualquer outra empresa, a racionalização do trabalho, a fim de poupar tempo e dinheiro, aumentando a produtividade (KATZENSTEIN, 1952).

O papel do Estado na provisão de moradias econômicas foi tema de matérias que assinalavam o planejamento e a produção em massa de habitações pelo poder público – com ou sem parceria com o setor privado – como medidas capazes de interferir com grande alcance e eficiência na questão habitacional.

Artigo escrito por Mário Penteado faz menções às experiências no campo da moradia desenvolvidas na Inglaterra, Estados Unidos, Buenos Aires, Viena e Estocolmo, chamando a atenção para a importância da intervenção estatal nesse setor, principalmente no que concerne às residências destinadas aos trabalhadores. Da experiência inglesa o autor deu destaque ao plano de urbanização e eliminação de cortiços que pretendia edificar 300 mil habitações e atender a um milhão e meio de pessoas, em cinco anos. Dos EUA menciona a criação do Ministério de Viação e Obras Públicas, cuja função era realizar a reurbanização do país, por meio, dentre outras ações, da eliminação das casas anti-higiênicas e da construção de residências operárias. Em Buenos Aires, o aspecto enfatizado foi a parceria estabelecida entre a administração pública e uma empresa construtora local, para a edificação de aproximadamente 10 mil habitações com recursos públicos. Acerca de Viena, o artigo chama a atenção para a construção pelo poder público, entre os anos de 1923 e 1943, de cerca de 70 mil moradias econômicas. Em Estocolmo, menciona a existência desde 1878 de legislação que regia e concedia moradias aos trabalhadores (PENTEADO, 1943).

A discussão da ação do Estado passava também pela divulgação de iniciativas de edificação de moradias no contexto europeu da reconstrução no pós Segunda Guerra, com uma série de reportagens a respeito publicadas a partir de 1942, associadas à Jornada de Habitação Econômica e à Jornada “O Brasil no Após-Guerra”, ocorrida em 1943. São encontradas também matérias sobre a importância do controle e planejamento do povoamento das cidades existentes e novas. Essas matérias enfocavam questões relacionadas à reconstrução das cidades e à reforma da moradia, bem como acerca do planejamento, em países como Estados Unidos, França e Inglaterra, os quais eram mobilizados como referências para ações semelhantes no Brasil. O interesse por esta ação do Estado em outros países coincide com um momento em que se constatava no país um crescente agravamento da crise de moradias marcada, sobretudo, pela precariedade das casas populares associada à elevação dos preços de aquisição e de aluguel.

O planejamento é um tema central destas matérias, que divulgam o conceito e experiências de sua aplicação. Sua importância, especialmente em se tratando do controle do uso da terra e da expansão das cidades, é o conceito central de artigo referente ao plano de reconstrução da Inglaterra, no início da Segunda Guerra. O artigo de autoria de Lord Reith, então ministro de Obras Públicas do país, destaca a dificuldade que sua equipe estava enfrentando para remodelar as cidades inglesas, com suas praças e ruas tradicionais. Aponta a utilidade do zoneamento e da criação de novos bairros residenciais autossuficientes, com espaços abertos, estradas etc. e configurados de acordo com um plano de urbanização instituído pelas autoridades regionais e locais, o qual regulamentaria, dentre outras coisas, a construção de residências e a alocação delas em cada área (REITH, 1942).

No âmbito da construção e reconstrução de moradias, um planejamento detalhado - via minucioso controle do uso da terra e emprego do urbanismo das cidades-jardim nos bairros residenciais - é recomendado em boletim produzido pela Comissão Real Britânica. Intitulado *Great Britain Royal Commission on the Distribution of the Industrial Population* (Relatório Barlow), este documento de 1941, que foi publicado em 1943 pela revista do IDORT (O PROBLEMA..., 1943-B).

O planejamento também é o assunto de alguns breves informes originados da *National Housing Agency*, mais precisamente da *Division of Urban Studies* e da *Federal Housing Administration*, que tratam dos problemas enfrentados e das soluções pensadas e aplicadas pelo governo norte-americano durante e após a Segunda Guerra Mundial no campo da moradia. O primeiro deles confere ênfase ao plano de reconstrução de cidades nos Estados Unidos que estava em curso, através de parceria público-privada, destacando as dificuldades financeiras, de material e de mão de obra que estavam sendo enfrentadas. No que tange à moradia, mostra-se que o referido plano consistia na aquisição por parte do governo de áreas tidas como decadentes, no arrendamento delas com condições vantajosas para a iniciativa privada e na construção de habitações, sobretudo, para as classes menos favorecidas. Para tanto, segundo seu propositor – Jacob Crane – seria instituída uma agência de planejamento estatal, um órgão de estudos, pesquisas e experimentações habitacionais de cunho nacional e companhias imobiliárias municipais, bem como outorgada uma legislação

específica para reger essas ações e contratadas Companhias de Redesenvolvimento Urbano privadas. O auxílio estatal, na forma de certificados de asilo, seria concedido inclusive após a ocupação da unidade pela população, de modo que a mesma fosse ocupada e mobiliada adequadamente. Outras agências e órgãos federais também seriam instituídos com o objetivo de administrar e/ou superintender toda a atividade estatal que intervisse na estrutura das comunidades urbanas (O PROBLEMA..., 1943-A).

Acima, postula-se uma ação planejada abrangente, que atue em grande escala e abrangência, que atinja grandes contingentes populacionais e que estenda sua ação deste o nível legislativo até a entrega de um produto final mobiliado. A rapidez e escala de construção o prolongamento da ação planejada até a mobília da moradia, também foram o foco de uma breve nota, de 1944, sobre o programa britânico de construção emergencial de casas em série para alojar população desabrigada. O modelo, denominado Casa Portal – em homenagem ao Ministro dos Trabalhos Públicos, Lord Portal –, era constituído por um pavimento, com sala, cozinha, banheiro, dois dormitórios e pequena varanda, edificado em aço prensado e, posteriormente, em madeira compensada, com sistema especial de isolamento acústico e térmico. Esta residência tinha mobília embutida e era produzida dotada de fogão, refrigerador e tina de cobre para lavar roupa. Para sua elaboração realizou-se consultas públicas, especialmente junto às donas de casa britânicas. O governo se propôs a edificar em caráter de urgência aproximadamente 500 mil dessas unidades habitacionais, além de 300 mil nos dois anos subsequentes à Guerra; o que viria a atender a cerca de três milhões e meio de pessoas. A nota menciona ainda, a existência de outro programa habitacional que se propunha a disponibilizar um montante de quatro milhões de casas (CASAS..., 1943).

Ainda no sentido da popularização do conceito de planejamento, situa-se a notícia da criação da Seção de Habitação e Planificação, no Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, da União Pan-Americana estabelecida em Washington. Essa seção estava inserida no novo programa do Departamento e tinha como objetivo desenvolver estudos, informações e prestar assistências às agências e/ou instituições privadas e públicas dos países membros da Organização de Estados Americanos, no tocante a aspectos diversos do problema da moradia. Seu programa abrangia a formulação e a publicação de boletins mensais sobre habitação e urbanismo, a organização e participação em conferências, reuniões e congressos interamericanos sobre a questão, além do estímulo ao intercâmbio de informações e experiências entre os países (HABITAÇÃO, 1950).

O interesse em torno do planejamento não se restringia às experiências de países capitalistas, mas também se voltava às fazendas coletivas da Rússia, as quais foram tratadas em artigo de autoria de Viacheslav Karpinski, do Instituto Agrário e do Instituto de Economia da Academia de Ciência daquele país e autor do livro "*What are collective farms?*", publicado na década de 1930. O autor descreve as fazendas, mostrando que eram geridas por um conselho administrativo e que consistiam em faixas de terra distribuídas pelo Estado às famílias de camponeses, contendo residências (de propriedade pessoal), estabelecimento auxiliar, maquinário e produtos agrícolas concedidos pelo poder público. Faz um relato da evolução destas experiências, apontando que as primeiras fazendas coletivas, ou *Kolkhoz*, foram formadas a partir de 1918 e serviram de modelo para

as fazendas posteriormente criadas, processo que se tornou mais intenso, sobretudo, a partir da década de 1930. Aponta como vantagens dessa organização rural, além da racionalização do processo de produção e do emprego de modernas instalações e maquinários, o estabelecimento de uma vida comunal e a conquista de uma residência própria, amenizando o problema do déficit e das precárias condições da habitação rural naquele país (KARPINSKI, 1945).

O exemplo acima mostra que a revista não abria mão de divulgar exemplos que considerava de eficiência, mesmo em contextos distintos. Por outro lado, poderia alertar para o perigo da importação, sem critérios, de soluções aplicadas em outros países. Este foi o caso de uma série de matérias escritas por Aldo Mario de Azevedo em 1934, no âmbito das discussões em torno da elaboração da nova Constituição brasileira. Tais matérias destacavam a necessidade de não se incorporar no país “... inovações idealizadas por outras gentes em condições étnicas, mesológicas, econômicas e sociais completamente diferentes das nossas, inovações na maioria nem ainda suficientemente experimentadas em seus pontos de origem” (A ECONOMIA..., 1962, p.13).

3. TEMAS EM PAUTA E PÚBLICO ALVO: RELEVÂNCIA E ALCANCE

A diversidade de temas e suas relações com a “organização científica” de diferentes atividades, mobilizada pelo IDORT, evidenciam um empenho de reforma da mentalidade e de formulação de um projeto amplo articulando política, economia e técnica. Neste esforço, o órgão buscou inspiração e sincronia com debates e realizações internacionais, colocando sua revista como instrumento de divulgação destas experiências e de reflexão sobre elas.

Ao aproximar a organização científica à busca de eficiência no âmbito da moradia, esta visão abrangente se recoloca na abordagem de ações com diferentes perspectivas em termos de escala de intervenção no espaço, de processos e de agentes envolvidos. No que se referem às escalas, as ações postuladas vão do urbanismo, ao projeto arquitetônico e ao *layout* interno das moradias. Em termos de processos, envolvem planejamento urbano, padronização de materiais e componentes da construção, organização das tarefas domésticas, aperfeiçoamento de instalações prediais e estratégias de financiamento da construção. Quanto aos agentes envolvidos, se pensa o papel do Estado, de planejadores, industriais e donas de casa.

Nesta busca de aproximação com debates e realizações internacionais, o IDORT contemplou na sua revista os principais itens da agenda da primeira metade do século 20 referente à reforma da habitação: moradia mínima; cozinha compacta; conforto térmico; fontes de energia barata; padronização dos materiais e componentes da construção; produção de moradias em série; moradia de massa; e planejamento de bairros residenciais. No tratamento destes assuntos, recuperou exemplos e contribuições importantes na história do urbanismo e da habitação no século 20: bairros de viés cidade-jardim, fazendas comunais russas, formulações de Gropius nos primeiros Ciams; e conceitos da economia doméstica.

A abordagem destes temas nas matérias publicadas na revista associa o problema da moradia a questões técnicas. As críticas às condições existentes surgem sempre seguidas de recomendações. Algumas vezes, exemplos julgados edificantes de outros países são mobilizados para mostrar a exequibilidade das propostas defendidas. Voltadas para um público não especializado, as matérias são diretas e didáticas. Buscam sensibilizar o leitor para a necessidade de reforma da moradia. Em alguns casos, o objetivo é a organização do espaço, apelando-se a usuários e projetistas; em outros a meta é a padronização de materiais, concernente a governantes, industriais e projetistas.

Em muitos casos, o Estado é apontado como agente crucial para a implementação dos preceitos defendidos, sugerindo-se ênfase no planejamento voltado à produção em série e em ampla escala de moradias; à definição de normas técnicas voltadas à padronização de materiais de construção; à alteração da legislação acerca da construção; e à regulamentação do uso do solo e do gabarito das moradias coletivas.

Se este conjunto de temas já se mostra relevante, seu alcance deve ser avaliado considerando-se a posição peculiar da revista do IDORT, entre as publicações nacionais do período que tratavam de temas relacionados à reforma da moradia. Enquanto publicações como *Architectura e Construções* Acrópole, *Architectura* no Brasil, Boletim do Instituto de Engenharia. A Casa e Revista da *Directoria* de Engenharia atingiam um público predominantemente composto por profissionais especialistas em arquitetura, engenharia e planejamento urbano, a revista do IDORT voltava-se a um grupo diversificado de leitores composto por empresários, administradores públicos e profissionais de várias áreas de atuação. Era distribuída mensalmente entre os sócios do Instituto – pessoas físicas e sócios coletivos – os quais já eram mais de mil no final da década de 1940 –, além de ser comercializada em bancas de jornais e revistas. Sua tiragem de produção mensal em meados da década de 1960 era de cerca de três mil números. Constavam entre seus assinantes: fábricas (CSN, Votorantim etc.); bancos; jornais; entidades de classe (ABI etc.); prefeituras e outros órgãos públicos (Comissão de Estradas e Rodagens Federais, institutos de aposentadoria e pensões dos Comerciantes e dos Industriários, Instituto de Resseguros do Brasil, ministérios da Justiça, Relações Exteriores e do Trabalho etc.). Além, de abrangente em termos numéricos e diversificados em termos de inserção profissional, os leitores da Revista incluíam pessoas muito influentes. Vale lembrar que entre os fundadores do IDORT estão o engenheiro Armando de Salles Oliveira que, entre outras atividades, foi presidente da Sociedade Anônima O Estado de São Paulo e interventor em São Paulo; os engenheiros e professores da Escola Politécnica Roberto Mange e José Octávio Monteiro de Camargo; o engenheiro Aldo Mário de Azevedo que foi proprietário e diretor da Fábrica de Tecidos Japhy e diretor do Ciesp; e o jurista Clovis Ribeiro que foi Secretário Geral da Associação Comercial de São Paulo. Entre os 92 sócios fundadores do IDORT, também havia outros homens de grande influência como, por exemplo, o jurista José Carlos de Macedo Soares, que foi presidente da Associação Comercial de São Paulo, interventor no Estado de São Paulo e ministro da Justiça, de Negócios Interiores e das Relações Exteriores.

Portanto, a Revista aproximou os temas centrais da agenda internacional de arquitetura, urbanismo e habitação de um grupo influente de empresários,

administradores públicos e profissionais. Tal grupo - com seus importantes vínculos com a indústria, o comércio, a imprensa, a academia e a administração pública - tinha alta capacidade de formar opinião e influenciar governos. Portanto, mesmo não sendo uma Revista especializada no tema, a publicação do IDORT atingia setores com enorme capacidade de influir nos rumos da reforma da moradia no Brasil. Considerando a abrangência da abordagem da questão da moradia pela revista e a influência e penetração de seus leitores nos meios técnicos, empresariais e políticos, pode-se avaliar que o órgão e sua publicação tiveram um papel relevante, sobretudo durante as décadas de 1930 e 1940, nos rumos dos debates e das realizações no âmbito da moradia econômica no Brasil.

Ao longo do período analisado foi possível constatar um deslocamento nas abordagens de questões ligadas à moradia pelo periódico do IDORT, as quais transitam de temas referentes à racionalização das atividades no lar e às instalações e espaços da casa, sobretudo da cozinha – predominantes na década de 1930 –, para questões associadas ao planejamento e à ação estatal – que prevalecem na década seguinte. Nota-se, ainda, que a partir de meados da década de 1940, a moradia perde progressivamente espaço na revista, até praticamente deixar de ser abordada na década de 1950. Julgamos que tal fato se explique pela crescente ação pública no campo da habitação - atendendo aos reclamos colocados na Jornada de 1941 - e pelas alterações sofridas pela casa no Brasil que – no contexto de nossa modernização parcial e contraditória - em alguma medida e para uma parcela significativa da população, bem ou mal, se tornou mais eficiente e equipada.

REFERÊNCIAS

- APROVEITAMENTO de energia solar em instalações para usos domésticos. IDORT: órgão do Instituto de Organização Racional do Trabalho, ano 8, edição especial da Jornada Contra o Desperdício de 1938, s/p.
- BARDET, Gaston. Problemas de urbanismo: a circulação IDORT: órgão do Instituto de Organização Racional do Trabalho, Ano 8, n.89, de maio de 1939, p.110-113.
- BERTRAND, Jean. Cozinha racional. Revista de Organização Científica, Ano VII, N. 82, 83 e 84, outubro-dezembro de 1938. pp. 269-272.
- BONDUKI, Nabil G. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da casa Própria. São Paulo, Estação Liberdade, 1998.
- CAIXA Federal de empréstimos na Suíça. IDORT: órgão do Instituto de Organização Racional do Trabalho, Ano 2, n.13, de janeiro de 1933, p.24.
- CASAS para três milhões e meio de pessoas. Revista de Organização Científica, ano 13, n.156, de dezembro de 1944, P.9.
- CORREIA, Telma de Barros. O IDORT e a taylorização da moradia no Brasil (1932-1950). In.: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 7., *Anais...* Salvador: UFBA, 2002. (CD-ROM)
- CORREIA, Telma de Barros. O IDORT e a taylorização da moradia no Brasil (1932-1950). In: *A construção do habitat moderno no Brasil: 1870-1950*. São Carlos, Rima, 2004. p.79-102.
- A ECONOMIA acima da técnica produtiva: influências pessoais na revista. *Revista do IDORT*, vol.31, n.361, jan. de 1962, p.10-13.
- FERRAZ, Brenno. *Caixas Econômicas*. IDORT: órgão do Instituto de Organização Racional do Trabalho, ano 2, n.14, de fevereiro de 1933, p.47-48.
- HABITAÇÃO econômica. *Revista de Organização Científica*, ano 19, n.217, de janeiro de 1950, p.21.

- KARPINSKI, V. A. As fazendas coletivas na Rússia Soviética. *Revista de Organização Científica*, ano 14, n.161, de maio de 1945, P.3-6.
- KATZENSTEIN, Betti. A psicologia na fabrica e em casa. *Revista de Organização Científica*, ano 21, n.251, de novembro de 1952, P.11.
- KETTERING, Charles F. O mundo ainda está no começo. *IDORT: órgão do Instituto de Organização Racional do Trabalho*, Ano 7, n.76, de abril de 1938, p.89-91.
- LUERDDERS, Marie Elisabeth. E' necessária a padronização. *IDORT: órgão do Instituto de Organização Racional do Trabalho*, v. 2, n.13, de janeiro de 1933, p.20-23.
- OLIVEIRA, F. Baptista de. Residencia minima: o problema da arquitetura contemporanea. *Revista de Organização Científica*, v. 12, n.135, de março de 1943, P.17-19.
- O PROBLEMA da habitação após a guerra. *Revista de Organização Científica*, v. 12, n.137, de maio de 1943, P.15-17. A
- O PROBLEMA da habitação após a guerra. *Revista de Organização Científica*, v. 12, n.138, de junho de 1943, p.16-17. B
- PENTEADO, Mário. Habitações populares. *Revista de Organização Científica*, v. 12, n.136, de abril de 1943, P.21-22.
- REITH, Lord. A reconstrução de após guerra na Grã-Bretanha. *Revista de Organização Científica*, v. 11, n.121, de janeiro de 1942. p.13-14.
- VANDERBORGHT, SOPHIE. A "Racionalização da cozinha na Suécia". *Revista de Organização Científica*, Ano 5, n. 52, abril de 1936. p. 78-81.
- W.B. Medidas de hygiene e bem-estar em uma lavanderia moderna. *IDORT*, v. 1, n.4, de abril de 1932, p.23.

Nota do Editor

Data de submissão: Novembro 2013

Aprovação: Maio 2014

Telma de Barros Correia

Arquiteta e mestra pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutora pela FAUUSP. Docente do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP).

Avenida Trabalhador São-Carlense, 400 - Centro
13566-590 - São Carlos - SP - Brasil
(16) 3373-9311
tcorreia@sc.usp.br

Caliane Christie Oliveira de Almeida

Arquiteta e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio grande do Norte (UFRN), mestra pela EESC-USP. Atualmente doutoranda do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP).

Avenida Trabalhador São-Carlense, 400 - Centro
13566-590 - São Carlos - SP - Brasil
(16) 3373-9311
calianealmeida@usp.br